

TERRITÓRIO EM DISPUTA: IMPACTOS SOCIAIS E POLÍTICOS DA ENERGIA EÓLICA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

TERRITORY IN DISPUTE: SOCIAL AND POLITICAL IMPACTS OF WIND ENERGY IN THE SEMIARID REGION OF PARAÍBA

TERRITORIO EN DISPUTA: IMPACTOS SOCIALES Y POLÍTICOS DE LA ENERGÍA EÓLICA EN EL SEMIÁRIDO PARAIBANO

Juan Fernando Martín Romacho¹, Monica Carvalho²

DOI: 10.54899/dcs.v23i87.3601

Recibido: 17/10/2025 | Aceptado: 20/10/2025 | Publicación en línea: 04/02/2026.

RESUMO

Este estudo analisa as narrativas e representações sobre os impactos sociais, territoriais e políticos da expansão da energia eólica no semiárido paraibano, tomando como referência os municípios de Santa Luzia e Solânea. A partir do conceito de colonialismo energético, investigam-se as desigualdades geradas pela implantação de grandes empreendimentos e as formas de resistência construídas pelas comunidades locais. A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, com base em análise documental e midiática de vinte artigos publicados entre 2020 e 2025, complementada por dados secundários de instituições públicas. Os resultados revelam que o modelo de transição energética em curso é marcado por concentração fundiária, exclusão social e ausência de consulta prévia às populações atingidas, configurando novas formas de dependência e apropriação dos territórios. Por outro lado, emergem práticas locais de mobilização e defesa do modo de vida camponês, que expressam a busca por alternativas descentralizadas e justas de produção de energia. Conclui-se que a transição energética no semiárido só será sustentável se for territorialmente enraizada, participativa e socialmente inclusiva.

Palavras-chave: Transição Energética. Energia Eólica. Semiárido Paraibano. Justiça Territorial. Colonialismo.

ABSTRACT

This study analyzes the narratives and representations concerning the social, territorial, and political impacts of wind energy expansion in the semi-arid region of Paraíba, focusing on the municipalities of Santa Luzia and Solânea. Based on the concept of energy colonialism, it examines the inequalities generated by large-scale energy projects and the forms of resistance developed by local communities. The research adopts a qualitative and exploratory approach, combining documentary and media analysis of twenty articles published between 2020 and 2025 with secondary data from public institutions. The findings reveal that the current energy transition

¹ Mestre em Engenharia Ambiental, Universidad Politécnica de Valência, Valência, Espanha.

E-mail: juanfernando.martinr@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9358-6273>

² Doutora em Engenharia Mecânica, Universidade de Zaragoza, Zaragoza, Espanha.

E-mail: monica@cear.ufpb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8524-3452>

model is characterized by land concentration, social exclusion, and the absence of prior consultation with affected populations, reproducing new forms of dependence and territorial appropriation. At the same time, local practices of mobilization and defense of peasant ways of life emerge, expressing a search for decentralized and just alternatives for energy production. It concludes that the energy transition in the semi-arid region will only be sustainable if it is territorially rooted, participatory, and socially inclusive.

Keywords: Energy Transition. Wind Power. Paraíba Semiarid. Territorial Justice. Energy Colonialism.

RESUMEN

El estudio analiza las narrativas y representaciones sobre los impactos sociales, territoriales y políticos de la expansión de la energía eólica en el semiárido paraibano, con foco en los municipios de Santa Luzia y Solânea. A partir del concepto de colonialismo energético, se investigan las desigualdades generadas por los grandes emprendimientos y las formas de resistencia construidas por las comunidades locales. La investigación adopta un enfoque cualitativo y exploratorio, basado en el análisis documental y mediático de veinte artículos publicados entre 2020 y 2025, complementado con datos secundarios de instituciones públicas. Los resultados muestran que el modelo de transición energética vigente se caracteriza por la concentración de la tierra, la exclusión social y la ausencia de consulta previa a las poblaciones afectadas, reproduciendo nuevas formas de dependencia y apropiación del territorio. Paralelamente, surgen prácticas locales de movilización y defensa del modo de vida rural, que expresan la búsqueda de alternativas descentralizadas y justas de producción energética. Se concluye que la transición energética en el semiárido paraibano solo será sostenible si es territorialmente arraigada, participativa e inclusiva socialmente.

Palabras clave: Transición Energética. Energía Eólica. Semiárido Paraibano. Justicia Territorial. Colonialismo Energético.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

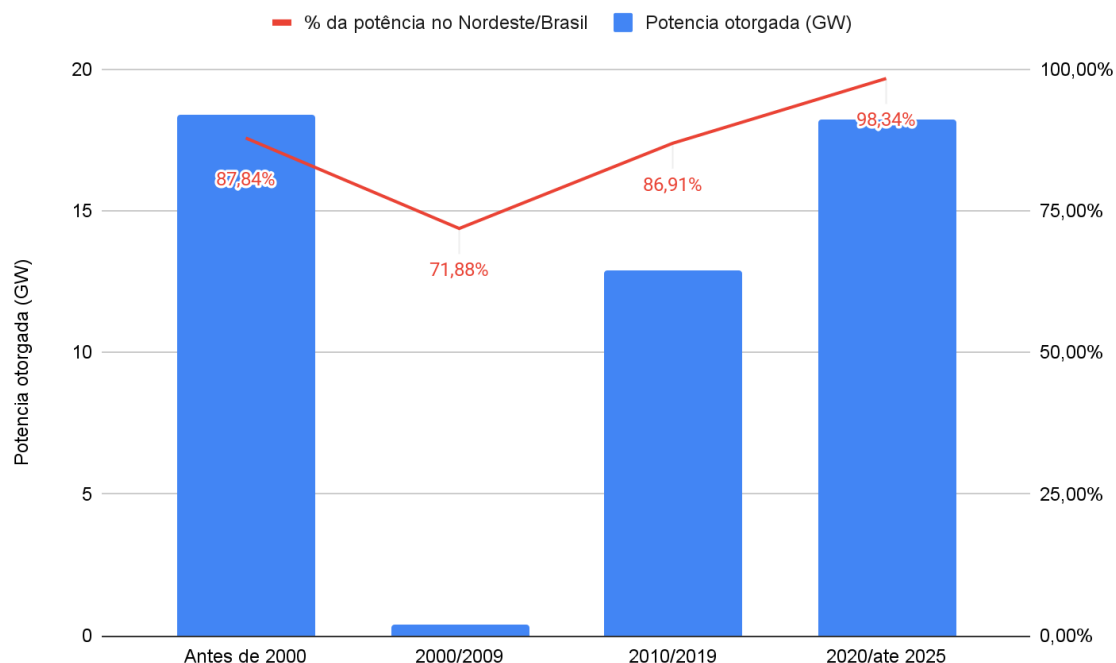
Nas últimas décadas, consolidou-se o consenso internacional sobre a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa por meio de uma transição energética global (Shukla et al., 2022). A União Europeia, por exemplo, reforçou suas metas no plano REPowerEU, elevando o percentual de energias renováveis de 32% para 42,5% até 2030 (Renewable Energy Targets – European Commission, 2025). Em escala global, observa-se a rápida expansão da energia eólica e solar, acompanhada por uma profunda reconfiguração territorial dos sistemas energéticos.

No Brasil, a matriz elétrica é majoritariamente renovável e fortemente dependente das hidrelétricas, cuja vulnerabilidade às secas severas exige ocasionalmente o acionamento de termelétricas, elevando custos e emissões (Agência Nacional de Energia Elétrica, 2025). Nesse contexto, o Plano Decenal de Expansão de Energia (EPE, 2024) prioriza a diversificação da matriz e aponta a fonte eólica como pilar estratégico: sua participação passou de 9% em 2020 para cerca de 15% em 2024, consolidando-se como a segunda principal fonte elétrica do país (EMBER, 2025).

Essa expansão possui uma geografia concentrada. Entre 2020 e 2025, o Nordeste respondeu por 98,34% da potência eólica outorgada no Brasil, beneficiado por condições naturais excepcionais. O fator de capacidade médio na região supera 45%, um dos mais altos do mundo (Cacciuttolo, Navarrete & Cano, 2025), o que tem atraído fortemente o capital energético e redesenhado os usos do território. A Figura 1 ilustra a evolução dessa concentração regional, evidenciando que, após 2010, a participação do Nordeste aumentou de forma acentuada e se consolidou como quase total. Esse crescimento reflete não apenas a atratividade técnica da região, mas também o direcionamento de políticas e investimentos que reforçam sua centralidade na transição energética brasileira.

Figura 1

Potência eólica outorgada no Nordeste e sua participação percentual em relação ao total outorgado no Brasil, por período (antes de 2000, 2000–2009, 2010–2019 e 2020–2025).



Fonte: elaboração própria com dados extraídos do SIGA/ANEEL.

Apesar do discurso de desenvolvimento sustentável, a expansão eólica vem gerando controvérsias sobre seus impactos sociais, ambientais e políticos. Projetos de grande escala exigem extensas áreas de terra, alterando dinâmicas locais e incidindo sobre territórios historicamente ocupados por agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos rurais. Estudos apontam ausência de consultas prévias, violação de direitos territoriais e reconfiguração do uso do solo (Carneiro, 2022; Martins Domingos, Moraes Braga Junior & Alves Fernandes, 2023). Essa realidade questiona a legitimidade da transição em curso, revelando um modelo centralizado e exógeno, em contraste com propostas de transição justa e territorializada.

No semiárido paraibano, essa contradição é especialmente visível. A região, conhecida como “corredor dos ventos” (Paraíba, 2016; Barbosa & Cândido, 2018), concentra projetos estratégicos de geração eólica, como o Complexo Chafariz, em Santa Luzia, e novas propostas na região da Borborema, que inclui a Solânea. Em Santa Luzia, os impactos da implantação já são observáveis em termos de uso da terra, geração de empregos temporários e transformações ambientais (Medeiros, 2024; Nascimento, 2023). Já em Solânea, os conflitos emergem de forma

preventiva, com mobilizações comunitárias contra os riscos de expropriação e perda de soberania alimentar (BBC, 2022; Jornal da Paraíba, 2022).

Esses casos evidenciam que a transição energética no semiárido paraibano não se resume a uma questão técnica de geração limpa, mas constitui um processo político e territorial em disputa. A forma como o Estado e as empresas definem as áreas prioritárias, estabelecem contratos e conduzem o licenciamento revela dinâmicas de poder que perpetuam lógicas históricas de exclusão. Compreender essas dinâmicas é essencial para avaliar se a transição em curso caminha em direção à justiça socioambiental ou à reprodução de um novo ciclo de dependência e concentração fundiária.

A relevância desta pesquisa se justifica tanto no campo teórico quanto no prático. No plano teórico, o estudo contribui para o aprofundamento do debate sobre colonialismo energético e justiça territorial, articulando essas categorias à realidade específica do semiárido paraibano. Ao adotar uma abordagem centrada nas narrativas midiáticas e institucionais, o trabalho amplia o entendimento sobre como o discurso público constrói e disputa sentidos sobre energia, território e desenvolvimento. No plano prático, a pesquisa oferece subsídios para políticas públicas mais sensíveis às dimensões sociais e territoriais da transição energética. Ao evidenciar as desigualdades e os conflitos gerados pela implantação dos parques eólicos, reforça-se a importância de processos participativos, de consulta prévia e de modelos descentralizados de produção de energia, contribuindo para uma transição energética justa e territorialmente enraizada.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo **analisar criticamente as narrativas sobre os impactos sociais, territoriais e políticos da expansão da energia eólica nos municípios de Santa Luzia e Solânea (PB)**, tomando como base o referencial do colonialismo energético. Especificamente, busca-se:

- a) Compreender como as desigualdades e os conflitos territoriais são representados nos textos jornalísticos e institucionais analisados;
- b) Examinar as formas de resistência e participação comunitária tal como são retratadas nas fontes; e
- c) Discutir de que modo o modelo de transição energética é narrado nestes discursos, se como processo inclusivo e justo ou como continuidade de dinâmicas de dominação territorial.

REFERENCIAL TEÓRICO

A transição energética contemporânea tem sido acompanhada por um debate crescente sobre as relações de poder, desigualdade e territorialidade que atravessam a produção de energia em escala global. Embora o discurso dominante enfatize os benefícios ambientais e econômicos das fontes renováveis, diferentes estudos alertam que a forma de implantação dessas tecnologias pode reproduzir estruturas coloniais de exploração e mecanismos de apropriação desigual dos recursos (Sánchez Contreras, Matarán Ruiz, Campos-Celador & Fjellheim, 2023).

Colonialismo Energético e Reconfiguração Territorial

O conceito de colonialismo energético propõe compreender a transição para as energias renováveis não apenas como um processo técnico, mas como um projeto político e econômico que redefine relações de dependência e dominação. Segundo Sánchez Contreras et al. (2023), esse fenômeno se manifesta quando territórios periféricos — frequentemente localizados no Sul Global — são convertidos em plataformas de produção energética voltadas a demandas externas, deslocando das comunidades locais o controle sobre a terra, os recursos e os processos decisórios. Assim, a energia, embora “limpa” em termos de emissões, mantém dinâmicas extrativas e centralizadoras típicas do colonialismo histórico.

No caso brasileiro, essa lógica se expressa na forte concentração da geração eólica no Nordeste, região historicamente marcada por vulnerabilidades socioeconômicas e por uma longa trajetória de dependência de capitais e políticas externas. A literatura recente destaca que essa expansão ocorre sob uma racionalidade tecnocrática e empresarial, sustentada por políticas públicas que favorecem grandes corporações e pela ausência de instrumentos efetivos de controle social (Klinger, Ameli, Rickman & Schmidt, 2023; INESC et al., 2023). O resultado é uma transição “verde” que, embora ambientalmente necessária, pode reproduzir formas sutis de subordinação territorial.

Apropriação Verde e Financeirização do Território

O conceito de green grabbing (apropriação verde) complementa essa análise ao descrever a conversão de terras e bens comuns em ativos controlados por empresas sob o discurso da

sustentabilidade (Klinger et al., 2023). Esses processos são legitimados por instrumentos institucionais e contratuais — licenças ambientais, acordos de arrendamento, programas de compensação — que mascaram a expropriação sob a retórica da “energia limpa”. No Brasil, estima-se que cerca de 68% da superfície total de parques eólicos esteja vinculada a grupos estrangeiros, sobretudo da França, Itália e Espanha (Klinger et al., 2023), evidenciando o peso do capital internacional na reconfiguração do espaço rural e na financeirização da terra.

Essa apropriação não se dá apenas pela via econômica, mas também simbólica e jurídica. A terra passa a ser tratada como infraestrutura energética, desvinculada de sua função social, cultural e ambiental. Em muitos casos, contratos de longo prazo limitam o uso da propriedade e restringem práticas agrícolas e comunitárias (INESC et al., 2023), reforçando um processo de reconcentração fundiária indireta. Tal dinâmica insere os territórios do semiárido em cadeias globais de produção energética, nas quais o valor é extraído localmente e acumulado fora da região.

Direitos Territoriais e Colonialidade Jurídica

Apesar da existência de marcos legais destinados a garantir a participação das comunidades afetadas, sua eficácia é frequentemente limitada. O Brasil é signatário da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura o direito à consulta prévia, livre e informada às comunidades tradicionais e povos indígenas em casos de projetos que impactem seus territórios (Martins Domingos, Moraes Braga Junior & Alves Fernandes, 2023). No entanto, diversos estudos mostram que esse mecanismo raramente é respeitado de forma substantiva. As audiências públicas e relatórios de impacto ambiental (RIMA), previstos pela Resolução CONAMA nº 09/1987, muitas vezes se reduzem a formalidades, sem garantir participação efetiva (Conselho Nacional do Meio Ambiente, 1987).

Essa desconexão entre o marco jurídico e a prática revela uma dimensão de colonialidade do poder: o Estado atua mais como facilitador da acumulação privada do que como garantidor de direitos territoriais. Ao priorizar a viabilidade técnica e econômica dos projetos, o licenciamento ambiental tende a invisibilizar as populações locais, transformando o território em mero suporte operacional da transição energética.

Transição Energética e Justiça Territorial

Diante dessas contradições, autores como Sánchez Contreras et al. (2023) e Kingler et al. (2023) defendem que a transição energética deve ser analisada à luz de uma perspectiva de justiça territorial. Isso implica reconhecer que a sustentabilidade não se resume à substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis, mas exige repensar as relações sociais, institucionais e espaciais que sustentam a produção e o consumo de energia.

Uma transição energética justa requer a redistribuição dos benefícios econômicos, a democratização das decisões e a proteção dos modos de vida locais. No semiárido paraibano, onde comunidades camponesas e quilombolas mantêm formas próprias de convivência com a terra e os bens comuns, essa abordagem é fundamental para evitar que a transição reproduza antigas hierarquias e exclusões sob uma nova roupagem.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter crítico e exploratório, centrada na análise, análise das narrativas e representações sobre os impactos sociais, territoriais e políticos da implantação de parques eólicos nos municípios paraibanos de Santa Luzia e Solânea, regiões do semiárido marcadas por fortes experiências de organização popular e agricultura familiar. A escolha dessas localidades se justifica por representarem estágios distintos da expansão eólica: Santa Luzia, onde os empreendimentos já estão em operação, e Solânea, onde ainda predominam propostas e mobilizações sociais preventivas. Essa diferença permite observar como os discursos sobre a transição energética se constroem em contextos de conflito e resistência distintos.

A pesquisa fundamenta-se na categoria analítica do colonialismo energético (Sánchez Contreras et al., 2023), que possibilita examinar as dinâmicas de poder e dependência expressas nas narrativas midiáticas e institucionais sobre o semiárido paraibano. Com base nesse referencial, foram definidas onze dimensões de análise organizadas em dois blocos complementares. O primeiro reúne seis dimensões estruturais: geopolítica; desigualdades econômicas e financeiras; poder, violência e tomada de decisão; apropriação da terra; impactos sobre os bens comuns; e resistência e conflitos socioespaciais. O segundo bloco corresponde a cinco dimensões narrativas emergentes, identificadas durante o processo de leitura e sistematização: aspectos positivos relatados; modelo de transição energética retratado; outras

formas de resistência; representações do território como espaço político; e propostas alternativas às mega instalações eólicas. Essa estrutura combinada permitiu articular a análise empírica dos textos com o referencial teórico, destacando as múltiplas escalas e sentidos em disputa sobre energia e território.

A coleta de dados combinou três frentes metodológicas complementares. Primeiramente, realizou-se uma análise documental e midiática, com a sistematização e o exame de vinte artigos publicados entre 2020 e 2025, provenientes de jornais locais e nacionais, portais independentes e organizações da sociedade civil. Os textos foram selecionados com base em palavras-chave como “energia eólica”, “Santa Luzia”, “Solânea”, “impacto social”, “resistência” e “território”, sendo cada um classificado segundo as dimensões de análise e codificado conforme o posicionamento discursivo (crítico, neutro ou positivo). Em seguida, efetuou-se o levantamento de dados secundários e institucionais, utilizados apenas como contextualização territorial e não como evidência empírica direta, de fontes públicas como IBGE, INCRA e INPE, complementados por informações de planos e relatórios institucionais (EPE, 2024; Governo da Paraíba, 2016), que serviram para caracterizar os territórios quanto ao uso da terra, estrutura agrária, vulnerabilidade social e histórico de organização comunitária. Por fim, procedeu-se à integração interpretativa das fontes, comparando e cruzando as narrativas documentais e jornalísticas, de modo a identificar padrões de sentido e tensões entre discursos oficiais e comunitários.

A pesquisa baseia-se exclusivamente em dados públicos e secundários, não envolvendo sujeitos humanos nem coleta de informações pessoais. Reconhece-se, entretanto, a limitação decorrente da ausência de trabalho de campo direto, o que restringe a observação empírica das percepções locais. Ainda assim, a ampla documentação analisada garante profundidade qualitativa e diversidade de vozes, permitindo compreender como o debate sobre energia e território é construído e disputado na esfera pública. O estudo não busca validar objetivamente as denúncias ou percepções relatadas, mas compreender como elas são construídas, expressas e mobilizadas nos territórios atingidos, contribuindo para o debate sobre justiça territorial e transição energética no semiárido paraibano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Eixos [1–3]: Geopolítica, Desigualdades Financeiras e Poder e Decisão

A análise das narrativas revela que a expansão eólica no semiárido paraibano é representada como parte de uma dinâmica geopolítica marcada por assimetrias entre interesses locais e globais. Os textos examinados indicam que os projetos são concebidos e conduzidos a partir de uma lógica centralizada e exógena, voltada à atração de investimentos e ao atendimento de demandas energéticas externas, especialmente de grandes centros urbanos e polos industriais. Em diferentes reportagens, observa-se a percepção de exclusão das comunidades locais em relação aos benefícios diretos da transição energética, expressa em trechos como “a energia produzida aqui não é para nós, é para fora”. Essa representação reforça a ideia de que o semiárido é narrado como território de extração energética, onde os ventos, convertidos em ativo econômico, passam a integrar cadeias globais de produção sob controle empresarial.

Nas narrativas sobre desigualdades financeiras, os benefícios econômicos prometidos pela implantação dos parques — geração de empregos, aumento de renda e arrecadação municipal — são descritos como concentrados e temporários. A maioria dos textos ressalta que as contratações ocorrem apenas durante a fase de construção, com forte presença de mão de obra externa, e que poucos postos permanentes permanecem após a conclusão das obras. As reportagens analisadas destacam que, enquanto os lucros e dividendos são destinados às sedes corporativas de empresas nacionais e estrangeiras, as comunidades locais convivem com efeitos negativos sobre o uso da terra, o aumento do custo de vida e a redução de áreas produtivas. Um dos trechos sintetiza essa percepção ao afirmar que “a riqueza dos ventos passa por nós, mas não fica aqui”. Assim, as narrativas reforçam a continuidade de um modelo concentrador de renda e poder, que reproduz as desigualdades históricas da economia nordestina.

No eixo relativo ao poder e à decisão, os textos analisados constroem uma imagem de forte desequilíbrio nas relações entre empresas, Estado e comunidades. A ausência de consultas prévias, os processos de licenciamento pouco transparentes e os contratos de arrendamento firmados sob condições desiguais aparecem de forma recorrente. Em Santa Luzia, as reportagens descrevem audiências públicas realizadas “depois que tudo já estava decidido”, enquanto em Solânea, os moradores são retratados denunciando pressões para assinar autorizações sem acesso às informações completas sobre os projetos. Essas representações indicam a fragilidade dos

mecanismos de participação social previstos na legislação ambiental brasileira e evocam a violação dos princípios de consulta livre e informada da Convenção 169 da OIT. Além disso, algumas narrativas mencionam situações de intimidação e assédio institucional, como visitas frequentes de representantes empresariais e promessas de compensações condicionadas à aceitação dos empreendimentos. Nesse conjunto de discursos, a decisão sobre o território aparece como imposta “de cima para baixo”, reafirmando dinâmicas de dominação típicas do colonialismo energético.

De modo geral, os eixos 1 a 3 mostram que as narrativas sobre a expansão eólica no semiárido paraibano não se limitam a descrever uma questão técnica ou ambiental, mas expressam interpretações complexas sobre poder e desigualdade. O Estado é frequentemente representado como mediador dos interesses corporativos, enquanto as comunidades aparecem na periferia do processo decisório. Essa configuração simbólica constrói a semiárida como nova fronteira de exploração, onde os recursos naturais e o espaço rural são ressignificados conforme as exigências do mercado energético global. Assim, a chamada “transição verde” é narrada de modo ambíguo: simultaneamente como símbolo de progresso e como expressão de hierarquias históricas que dificultam uma transição justa e territorialmente enraizada.

Eixos [4–6]: Apropriação da Terra, Impactos nos Comuns e Resistência e Conflitos Socioespaciais

As narrativas analisadas sobre a expansão dos parques eólicos em Santa Luzia e Solânea destacam uma reconfiguração profunda do uso da terra. Em ambos os municípios, os textos descrevem que os empreendimentos se instalam sobre áreas de agricultura familiar e criação de subsistência, apresentando o território como convertido em infraestrutura energética. Em diversas matérias, os moradores são retratados relatando restrições de acesso a áreas antes coletivas e mudanças na dinâmica produtiva local. Em Santa Luzia, por exemplo, camponeses são citados dizendo que “as máquinas ocuparam o alto dos morros onde o gado pastava e onde a gente plantava o milho”. Essa representação reforça a ideia de que a terra é narrada como ativo econômico, desvinculada de sua função social, cultural e ambiental. Além disso, a valorização fundiária provocada pelos empreendimentos é descrita como fator de especulação e de deslocamento de famílias rurais, configurando processos de reconcentração indireta.

Nas narrativas sobre os bens comuns, a instalação das usinas eólicas é apresentada como geradora de efeitos ambientais e sociais significativos, frequentemente minimizados nos estudos oficiais de impacto. Os textos analisados mencionam o desmatamento de áreas de caatinga, o comprometimento de nascentes, o aumento da poeira e o ruído constante das turbinas, retratando como esses elementos afetam o bem-estar das famílias, os animais e os cultivos. Um dos trechos ilustra esse sentimento ao afirmar que “as torres trouxeram o barulho e o medo, e agora a gente não dorme como antes”. Para além dos efeitos físicos, as narrativas evocam impactos simbólicos e culturais, ligados à perda de referências e à desestruturação das práticas comunitárias. A paisagem, antes associada à convivência orgânica entre pessoas e ambiente, passa a ser descrita como dominada pelas máquinas e pelo capital. Dessa forma, a transição energética é narrada como processo que redefine não apenas o espaço físico, mas também as formas de vida e de pertencimento.

Em resposta a esses impactos, as fontes jornalísticas e comunitárias analisadas retratam diferentes expressões de resistência e mobilização socioespacial. Em Santa Luzia, as reportagens descrevem reuniões e audiências públicas em que moradores denunciam irregularidades e cobram compensações prometidas. Já em Solânea, onde os projetos ainda se encontram em fase inicial, as narrativas destacam ações preventivas: jovens agricultores e grupos locais promovem feiras e debates culturais alertando para o risco de perda de terras e de autonomia. Um dos textos resume essa postura ao afirmar que “a feira é nossa forma de dizer que o território tem dono e que o vento também é nosso”. Esses discursos constroem uma imagem de resistência ancorada em solidariedade, identidade e defesa do modo de vida camponês, mostrando que, mesmo diante de assimetrias de poder, as comunidades são representadas como agentes ativos na disputa por justiça territorial.

De modo geral, os eixos 4 a 6 mostram que as narrativas sobre a instalação das usinas eólicas no semiárido paraibano não apenas descrevem transformações espaciais, mas também constroem sentidos políticos e simbólicos sobre o território. A terra e os bens comuns aparecem representados como objetos de apropriação, enquanto as comunidades são narradas reafirmando seus direitos e sua presença política. Assim, a transição energética, mais do que promessa de desenvolvimento, surge nas narrativas como campo de disputa entre dois projetos de futuro: um centrado na exploração intensiva dos recursos e outro voltado à permanência digna e autônoma das populações locais.

Eixos [7–11]: Aspectos Positivos, Modelo de Transição Energética, Outras Resistências, Território Político e Alternativas

Embora a maior parte dos textos apresenta um posicionamento crítico, alguns registram aspectos considerados positivos pelos próprios moradores ou autoridades locais, especialmente em Santa Luzia. Entre eles estão a geração temporária de empregos, a melhoria parcial das estradas de acesso e a ampliação da visibilidade do município como polo de energia renovável. Um trecho afirma que “a chegada dos parques trouxe movimento e esperança de futuro”. Esses elementos, ainda que pontuais, revelam como o discurso do progresso e da modernização encontra ressonância em parte da população, sobretudo entre aqueles que veem na energia eólica uma possibilidade de inserção regional nas políticas de desenvolvimento sustentável. No entanto, os benefícios percebidos mostram-se limitados e desiguais, concentrados nos primeiros anos de instalação e raramente acompanhados de ganhos sociais duradouros.

O conjunto dos artigos evidencia que o modelo de transição energética em curso é predominantemente corporativo e centralizado, voltado à expansão de grandes complexos privados, com reduzida participação social e controle público. As reportagens oficiais e institucionais reproduzem um discurso de “energia limpa” e “desenvolvimento verde”, mas silenciam sobre os impactos territoriais e sobre a ausência de políticas redistributivas. Em diversos textos, observa-se a contraposição entre essa narrativa hegemônica e a experiência concreta das comunidades, que se percebem fora do processo decisório e alijadas dos benefícios prometidos. A transição, portanto, aparece como processo contraditório, simultaneamente ambientalmente legítimo e socialmente desigual, reproduzindo as lógicas históricas de dependência que o referencial do colonialismo energético ajuda a compreender.

Além das resistências diretas, emergem nas narrativas formas criativas e descentralizadas de enfrentamento, que extrapolam a contestação imediata aos empreendimentos. Em Solânea, por exemplo, textos jornalísticos e comunitários descrevem grupos juvenis e organizações agroecológicas promovendo práticas de educação popular e campanhas de informação nas redes sociais, com o objetivo de fortalecer o senso crítico e a identidade coletiva. Em Santa Luzia, são citados coletivos de agricultores discutindo alternativas de produção energética comunitária, vinculadas à permanência no campo e à soberania alimentar. Essas representações mostram que o debate sobre energia é também apropriado como tema político e pedagógico, inserindo-se nas lutas históricas por terra, água e autonomia no semiárido.

O território, nesse contexto, é reinterpretado não apenas como espaço físico de implantação de projetos, mas como campo político de disputa simbólica e material. A presença das torres eólicas, visíveis a grandes distâncias, transforma a paisagem em expressão de poder e controle, mas também em elemento de mobilização e denúncia. Um dos trechos mais marcantes sintetiza essa dualidade: “as torres nos lembram que o vento tem dono, mas também que a luta continua”. A energia, portanto, converte-se em linguagem e metáfora de resistência, capaz de reatualizar sentidos históricos de pertencimento e solidariedade.

Por fim, algumas reportagens e manifestações públicas apresentam propostas alternativas à lógica concentradora da transição em curso. Entre elas destacam-se a defesa de modelos descentralizados de geração de energia, o incentivo a cooperativas locais e o fortalecimento de políticas públicas que integrem a produção energética às práticas agroecológicas e comunitárias. Essas iniciativas apontam para a possibilidade de uma transição energética justa e territorialmente enraizada, orientada não apenas pela eficiência econômica, mas pelo reconhecimento dos direitos das populações que habitam e cuidam do território.

De modo geral, as narrativas associadas aos eixos 7 a 11 constroem um mosaico de significados sobre o futuro energético do semiárido paraibano: entre o otimismo tecnológico e a crítica social, entre a promessa de progresso e a reivindicação de justiça territorial. Essa ambiguidade discursiva revela que as comunidades locais não são figuradas como receptoras passivas da transição, mas como sujeitos políticos que disputam o sentido do vento e do território no contexto da transição energética brasileira.

CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender que a expansão da energia eólica no semiárido paraibano, embora apresentada como símbolo de modernidade e sustentabilidade, está atravessada por profundas contradições territoriais, sociais e políticas. A análise dos casos de Santa Luzia e Solânea demonstrou que o avanço dos empreendimentos ocorre sob uma lógica concentradora, marcada pela apropriação privada dos ventos e pela reprodução de desigualdades históricas no uso da terra e na distribuição dos benefícios.

Ao longo dos onze eixos temáticos, observa-se que as narrativas reproduzem e, ao mesmo tempo, contestam uma lógica concentradora do poder energético. As fontes institucionais tendem a representar o Estado como mediador de interesses corporativos, enquanto os textos

comunitários e independentes enfatizam a ausência de consulta prévia e as assimetrias nas relações contratuais. Essa pluralidade discursiva evidencia que o território é construído simbolicamente como espaço em disputa, onde coexistem promessas de progresso e denúncias de injustiça. As representações da transição energética revelam, portanto, a persistência de dinâmicas de colonialismo energético e a dificuldade de consolidar um modelo participativo e redistributivo.

Apesar dessas tensões, as narrativas analisadas também evidenciam a emergência de práticas discursivas e sociais voltadas à reapropriação do território. Feiras comunitárias, manifestações públicas e debates sobre alternativas descentralizadas são descritos como expressões simbólicas de resistência e afirmação de direitos. Esses discursos mostram que as populações locais não são retratadas como passivas diante da transição, mas como agentes que reivindicam justiça territorial e autonomia na gestão dos bens comuns.

O estudo contribui para o campo da justiça energética ao demonstrar como o colonialismo energético se manifesta nas novas fronteiras da transição brasileira. Conclui-se que uma transição energética verdadeiramente justa e sustentável no semiárido paraibano depende de processos territorialmente enraizados, socialmente inclusivos e participativos, que reconheçam as comunidades como protagonistas e o vento como bem comum. Assim, a energia renovável só cumprirá seu papel transformador se for acompanhada de redistribuição de benefícios, fortalecimento da democracia local e respeito aos modos de vida rurais que historicamente sustentam o território.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Laboratório de Avaliação Ambiental e Energética (LAvAE) da UFPB e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da bolsa de produtividade 303180/2025-0. Os autores também agradecem ao apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba por meio do edital nº 18/2020 – FAPESQ/CAPES - Apoio aos programas de pós-graduação emergentes e em consolidação em áreas prioritárias nos estados - UFPB, por meio de recursos do termo de outorga nº 247/2025.

REFERÊNCIAS

Barbosa, A. D. P. A., & Cândido, G. A. (2018). Sustentabilidade municipal e empreendimentos

- eólicos: uma análise comparativa de municípios com investimentos na geração de energia eólica no estado da Paraíba. *Sociedade & Natureza*, 30(2), 68–95. <https://doi.org/10.14393/SN-v30n2-2018-5>
- Barbosa, M. R. (2023). *Energias renováveis: Impactos sociais, ambientais e econômicos da expansão do potencial energético brasileiro com ênfase para cidade de Santa Luzia–PB* (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação EAD em Geografia). *Universidade Estadual da Paraíba*.
- BBC News. (2022, maio 5). Por que mulheres tentam barrar complexo de energia eólica na Paraíba. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61302577>
- Brasil. Governo do Brasil. (2023, março 3). Complexo de Energia Renovável em Santa Luzia (PB) repercute na realidade local. *Portal do Planalto*. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/03/complexo-de-energia-renovavel-em-santa-luzia-repercute-na-realidade-local>
- Cacciuttolo, C., Navarrete, M., & Cano, D. (2025). Advances, progress, and future directions of renewable wind energy in Brazil (2000–2025–2050). *Applied Sciences*, 15(10), 5646. <https://doi.org/10.3390/app15105646>
- Carneiro, G. (2022, maio 5). Mulheres agricultoras marcham na Paraíba contra impacto negativo da energia eólica na zona rural. *Marco Zero*. <https://marcozero.org/mulheres-agricultoras-marcham-na-paraiba-contra-impacto-negativo-da-energia-eolica-na-zona-rural/>
- Conselho Nacional do Meio Ambiente. (1987). *Resolução nº 09, de 03 de dezembro de 1987. Diário Oficial da União*. https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=60
- Costa Neto, C. F. (2020). *Os moinhos trarão bons ventos? Parque Eólico de Santa Luzia – PB e o desenvolvimento regional sustentável* (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Sociologia). *Universidade Estadual da Paraíba*.
- Empresa de Pesquisa Energética. (2024). *Plano decenal de expansão de energia 2024–2034. Ministério de Minas e Energia*. https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-804/topico-758/PDE2034_Aprovado.pdf
- Empresa de Pesquisa Energética. (2024, dezembro 12). *Fact sheet - Hidreletricidade e mudanças climáticas*. <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-852/topico-736/FACT%20SHEET%20HIDRELETRICIDADE%20E%20MUDAN%C3%87AS%20CLIM%C3%81TICAS.pdf>
- Francisco, P. R. M., Sousa, J. H. S. D., Ribeiro, G. D. N., & Rodrigues, R. C. M. (2023). Potencial eólico onshore do estado da Paraíba estimado pelo Global Wind Atlas. *Journal of Hyperspectral Remote Sensing*, 13(7), 807–821. <https://doi.org/10.29150/jhrs.v13i7.70674>
- Iberdrola. (2025). *Complexo eólico Chafariz*. <https://www.iberdrola.com/quem-somos/nossa->

atividade/energia-eolica-onshore/complexo-eolico-terrestre-chafariz

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2025a). Santa Luzia (PB). <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/santa-luzia.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2025b). Solânea (PB). <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/solanea.html>

Jornal da Paraíba. (2022, setembro 15). Agricultoras da Borborema protestam em Solânea contra instalação de parques eólicos na região. <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/conversa-politica/agricultoras-da-borborema-protestam-em-solanea-contra-instalacao-parques-eolicos-na-regiao>

Jornal da Paraíba. (2023, março 12). MPF, DPU e DPE apuram impacto socioambiental de parques eólicos e usinas solares na Paraíba. <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/conversa-politica/impactos-socioambientais-parques-eolicos-usinas-solares-pb>

Instituto INESC, Sampaio, R., Cardoso, C., & Cardoso, A. (2023, outubro). *Aspectos jurídicos da relação contratual entre empresas e comunidades do Nordeste brasileiro para a geração de energia renovável*. <https://www.researchgate.net/publication/375338043>

Kingler, M., Ameli, N., Rickman, J., & Schmidt, J. (2023, setembro). Large-scale green grabbing for wind and solar PV development in Brazil. *Research Square*. <https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-3285329/v1>

Lima, A. T. C. G. (2024). *Análise dos impactos socioambientais causados pela instalação dos parques eólicos no sertão paraibano* (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Direito). Universidade Estadual da Paraíba.

Martins Domingos, J. V., Moraes Braga Junior, S. A., & Alves Fernandes, B. C. (2023). A Convenção nº 169 da OIT e o direito à consulta prévia, livre e informada: relação com o princípio da dignidade da pessoa humana. *Revista da AGU*, 22(4). <https://doi.org/10.25109/2525-328X.v.22.n.04.2023.3409>

Medeiros, M. K. S. (2024). *A influência dos parques eólicos nas dimensões ambientais e sociais em Santa Luzia, Paraíba* (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental). Universidade Estadual da Paraíba.

Nascimento, J. S. L. (2023). *Os problemas socioeconômicos e ambientais oriundos dos parques eólicos em Santa Luzia – PB* (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Geografia. <https://repositorio.ufrn.br/items/85452db1-1db7-4ebd-b7e7-5ee9b0790e73>

Neoenergia. (2020). *Neoenergia beneficia comunidades na região do Complexo Eólico Chafariz*. <https://www.neoenergia.com/w/neoenergia-beneficia-comunidades-na-regiao-do-complexo-eolico-chafariz>

Paraíba. Governo do Estado. (2016). *Atlas eólico da Paraíba*. <https://antigo.paraiba.pb.gov.br/referencias.html>

- Paraíba Cultural*. (2025, fevereiro 14). Santa Luzia desponta como polo de energia renovável na Paraíba. <https://paraibacultural.com.br/santa-luzia-desponta-como-polo-de-energia-renovavel-na-paraiba>
- Poder Paraíba*. (2023, junho 20). Vereadores de Santa Luzia questionam empresas de energias renováveis por baixo investimento em projetos socioambientais e cobram transparência de ações. <https://poderparaiba.com.br/vereadores-de-santa-luzia-questionam-empresas-de-energias-renovaveis-por-baixo-investimento-em-projetos-socioambientais-e-cobram-transparencia-de-acoas>
- Renewable Energy Targets - European Commission*. (2025). *Renewable energy directive: Targets and rules*. European Commission. https://energy.ec.europa.eu/topics/renewable-energy/renewable-energy-directive-targets-and-rules/renewable-energy-targets_en
- Sánchez Contreras, J., Matarán Ruiz, A., Campos-Celador, Á., & Fjellheim, E. M. (2023). Energy colonialism: A category to analyse the corporate energy transition in the Global South and North. *Land*, 12(6), 1241. <https://doi.org/10.3390/land12061241>
- Shukla, P. R., Skea, J., & Reisinger, A. R. (Eds.). (2022). *Climate change 2022: Mitigation of climate change (AR6 WGIII)*. IPCC. https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/downloads/report/IPCC_AR6_WGIII_FullReport.pdf
- Sousa, B. H., & Pires Silveira, V. C. (2024, março 26). Sustainability of family agroecosystems in the semiarid of Paraíba. *Research, Society and Development*, 12(4), e5112440923. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i4.40923>